

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAMILLE PEREIRA RIBEIRO

**CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA:
Uma Análise Discursiva dos Relatórios de 2018 a 2024**

SÃO LUÍS -MA

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAMILLE PEREIRA RIBEIRO

**CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA:
Uma Análise Discursiva dos Relatórios de 2018 a 2024**

Trabalho de monografia apresentado ao curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Darliane Ribeiro Cunha.

SÃO LUÍS – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFM

Ribeiro, Camille Pereira.

Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Portuária: : uma Análise Discursiva dos Relatórios de 2018
a 2024 / Camille Pereira Ribeiro. - 2025.

39 f.

Orientador(a): Darliane Ribeiro Cunha.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Sustentabilidade. 2. Portos. 3. Divulgação. 4.
Relatórios de Sustentabilidade. I. Cunha, Darliane
Ribeiro. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo amor, apoio e incentivo constantes durante minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Raimunda Nonata Costa Pereira, que sempre priorizou os meus estudos com amor e dedicação, sendo meu alicerce ao longo desta jornada acadêmica. Ao meu pai, Everaldo Paixão Ribeiro, que, com muito suor e esforço, sustentou nossa casa e me deu a segurança necessária para seguir meus sonhos. Ao meu irmão, Guilherme Pereira Ribeiro, a quem dedico meus voos, meu eterno companheiro e inspiração para alcançar novos horizontes.

Sou imensamente grata à minha orientadora, Darliane Ribeiro Cunha, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sem sua sabedoria e paciência, eu não saberia qual rumo seguir, e este trabalho não teria a qualidade que hoje apresenta. Aos meus avós, que me acolheram e ampararam na cidade quando deixei minha terra natal, Manaus, no Amazonas, para estudar. Seu carinho e apoio foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios da nova vida.

Expresso minha gratidão aos amigos que, com presença constante e palavras de incentivo, contribuíram para tornar essa trajetória mais leve e significativa, oferecendo incentivo e suporte nos momentos de dificuldade e celebração. Por fim, ao corpo docente desta instituição, que, com seu conhecimento e dedicação, me transformou na profissional que sou hoje.

Não poderia deixar de agradecer à Universidade Federal do Maranhão, que foi além do ensino em sala: foi por meio de um estágio oferecido pela UFMA que tive a oportunidade de ingressar no setor portuário, onde fui posteriormente efetivada como analista e iniciei minha jornada profissional. Essa vivência prática ampliou minha visão sobre a contabilidade, despertou meu interesse por temas como sustentabilidade e evidência contábil, e foi essencial para a construção deste trabalho.

A todos vocês, meu muito obrigado!

“A sustentabilidade não é apenas uma responsabilidade, mas uma oportunidade para inovar, crescer e construir um futuro melhor para todos. ”
(PORTER; KRAMER, 2011, p. 67).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da incorporação de temas relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade publicados por portos e terminais brasileiros entre os anos de 2018 e 2024. A pesquisa fundamenta-se nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), nos referenciais teóricos da Teoria da Legitimidade, Disclosure Theory e Relato Integrado, com apoio de autores nacionais e internacionais sobre governança, sustentabilidade e contabilidade socioambiental. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, com ênfase na análise de frequência de palavras e identificação de padrões linguísticos nos relatórios disponíveis publicamente. Os resultados apontam para uma transformação discursiva significativa ao longo do período analisado, com destaque crescente para termos como “gestão”, “governança”, “ambiental”, “segurança” e “riscos”, que evidenciam o alinhamento dos portos às agendas ESG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Verificou-se também o fortalecimento da linguagem institucional voltada à prestação de contas, à responsabilidade corporativa e à legitimação perante os stakeholders. As análises gráficas reforçam a padronização e a consolidação de uma narrativa organizacional mais estruturada, integrando aspectos sociais, ambientais, econômicos e de saúde no trabalho. Conclui-se que os relatórios de sustentabilidade vêm se consolidando como ferramentas estratégicas de comunicação, transparência e posicionamento institucional no setor portuário. Recomenda-se que estudos futuros explorem abordagens qualitativas aprofundadas, bem como comparações entre tipos de portos e regiões brasileiras, a fim de verificar em que medida o discurso de sustentabilidade reflete práticas concretas de gestão responsável. O trabalho contribui para o campo acadêmico e prático ao oferecer subsídios para a melhoria dos processos de relato, promovendo maior aderência às demandas contemporâneas de sustentabilidade e governança.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Portos. Divulgação. Relatórios de Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of the incorporation of sustainability-related themes in the sustainability reports published by Brazilian ports and terminals between 2018 and 2024. The research is grounded in the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) and theoretical frameworks such as Legitimacy Theory, Disclosure Theory, and Integrated Reporting, supported by national and international authors in the fields of governance, sustainability, and socio-environmental accounting. A mixed-methods approach was adopted, combining qualitative and quantitative analyses, with emphasis on word frequency analysis and the identification of linguistic patterns in publicly available reports. The findings reveal a significant discursive transformation over the analyzed period, with increasing prominence of terms such as “management,” “governance,” “environmental,” “safety,” and “risks,” reflecting the alignment of port authorities with ESG agendas and the Sustainable Development Goals (SDGs). The study also identified a strengthening of institutional language focused on accountability, corporate responsibility, and legitimacy before stakeholders. Graphical analyses reinforce the standardization and consolidation of a more structured organizational narrative, integrating social, environmental, economic, and occupational health dimensions. It is concluded that sustainability reports have been consolidated as strategic tools for communication, transparency, and institutional positioning in the port sector. Future research should explore more in-depth qualitative approaches and comparisons across port types and Brazilian regions to assess the extent to which sustainability discourse reflects concrete practices of responsible management. This study contributes to both academic and practical fields by offering insights to improve sustainability reporting processes and promote greater alignment with contemporary governance and sustainability demands.

Keywords: Sustainability. Ports. Disclosure. Sustainability Reports.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Palavras mais citadas em 2018 e 2019	29
Figura 2 - Palavras mais citadas em 2020 e 2021	30
Figura 3 - Palavras mais citadas de 2022 a 2024.....	31
Figura 4 – Fluxograma Metodológico.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Palavras mais citadas	26
Gráfico 2 – Análise de citações	27

TABELAS

Tabela 1 - População de Estudo	22
Tabela 2 - Amostra de Estudo	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GRI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

ESG – Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

GRI – Global Reporting Initiative

IDA – Índice de Desempenho Ambiental

IIRC – International Integrated Reporting Council

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA	15
2.1.1 A função estratégica dos relatórios de sustentabilidade.....	15
2.1.2 Teoria da Legitimidade e a busca por aceitação social	16
2.1.3 Disclosure Theory e a redução da assimetria informacional.....	17
2.1.4 Relato Integrado e a visão ampliada da contabilidade	17
2.1.5 CPC 09 e a transparência na distribuição do valor gerado.....	18
2.1.6 Estudos anteriores sobre relatórios de sustentabilidade portuária.....	19
2.1.7 O papel do contador na sustentabilidade portuária	20
3 METODOLOGIA.....	22
4 RESULTADO E DISCUSSÕES.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A	39

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sustentabilidade deixou de ser uma preocupação acessória para se tornar central em estratégias corporativas e políticas públicas, especialmente em setores com significativo impacto ambiental, como o portuário. Pressões regulatórias, ambientais e sociais têm levado as autoridades portuárias a revisar suas práticas operacionais e comunicacionais, elevando a visibilidade e a exigência por maior transparência (Cutrim et al., 2023).

A contabilidade socioambiental assume papel estratégico ao integrar variáveis ambientais e sociais aos registros contábeis, indo além da técnica para sustentar discursos institucionais alinhados à agenda ESG (Silva & Pertile, 2025). Este enfoque permite às organizações construir narrativas que refletem seu compromisso com padrões internacionais como os ODS.

No contexto portuário, a incorporação de critérios de governança, responsabilidade ambiental e engajamento social tem se intensificado. O relatório de sustentabilidade, nesse sentido, destaca-se como um canal formal de comunicação institucional, refletindo essa transformação estratégica (Guedes, Zattar & Seleme, 2024).

A linguagem dos relatórios corporativos não é neutra; ela incorpora estratégias de gestão da imagem e legitimação institucional (Mendonça & Amantino-de-Andrade, 2003). Assim, a análise dos padrões linguísticos e temáticos desses documentos permite aferir o grau de maturidade institucional dos portos frente às práticas recomendadas.

Compreende-se, neste estudo, que os relatórios de sustentabilidade constituem arenas discursivas nas quais as organizações constroem e negociam seu posicionamento frente às demandas sociais contemporâneas. Assim, a pesquisa busca responder: quais padrões linguísticos e temáticos evidenciados nos relatórios revelam a postura institucional dos portos diante das agendas socioambientais atuais?

O reconhecimento de que a sustentabilidade é requisito básico para a continuidade da operação portuária está em consonância com Guedes, Zattar e Seleme (2024), que defendem sua compreensão como elemento essencial ante os impactos sobre comunidades e ecossistemas costeiros.

Esta investigação mostra-se relevante ao lançar luz sobre os recursos discursivos mobilizados por portos brasileiros em seus relatórios institucionais, contribuindo tanto para o enriquecimento do debate acadêmico quanto para a melhoria das práticas comunicacionais. Tal análise alinha-se a estudos contemporâneos que evidenciam a crescente incorporação de métricas ESG e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na gestão portuária

(Cutrim et al., 2023; Green Ports Review, 2024).

A estrutura da presente monografia foi organizada de modo a atender aos objetivos delineados. O Capítulo 2 apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise; o Capítulo 3 detalha os procedimentos metodológicos adotados; o Capítulo 4 reúne os resultados obtidos e os discute à luz da teoria; por fim, o Capítulo 5 expõe as considerações finais, bem como as limitações encontradas e sugestões para futuras investigações.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a evolução da incorporação de temas relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade, ou documentos equivalentes, publicados por portos e terminais brasileiros entre os anos de 2018 e 2024, com base na frequência de palavras e categorias temáticas evidenciadas nos relatórios.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar os principais temas socioambientais evidenciados nos relatórios de sustentabilidade dos portos e terminais no período analisado, com base em diretrizes como GRI e CPC 09.
- Examinar como os conceitos da Teoria da Legitimidade, Disclosure Theory e Relato Integrado estão refletidos na comunicação organizacional dos portos, a partir da linguagem adotada nos relatórios.
- Avaliar a evolução da abordagem da sustentabilidade ao longo do tempo, considerando a frequência e intensidade dos termos utilizados, a fim de verificar tendências de alinhamento às práticas de governança e responsabilidade corporativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA

Diante das crescentes exigências globais associadas ao desenvolvimento sustentável, o setor portuário tem sido progressivamente pressionado a reavaliar suas práticas operacionais, adotando posturas mais responsáveis sob as dimensões ambiental, social e econômica. Essa mudança não se restringe ao atendimento de normas regulatórias, mas constitui uma estratégia fundamental para a manutenção da competitividade e da legitimidade institucional no cenário mercadológico contemporâneo (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2022). Considerando a magnitude dos impactos ambientais e sociais inerentes às operações portuárias, decorrentes de sua natureza logística e localização geográfica, torna-se imperativo implementar práticas sustentáveis de forma estruturada. Nesse contexto, a contabilidade assume papel central ao fornecer subsídios técnicos para mensuração, registro e monitoramento das ações sustentáveis, contribuindo para a transparência e para o controle social das atividades desenvolvidas no setor.

2.1.1 A função estratégica dos relatórios de sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade têm se consolidado como instrumentos estratégicos de governança corporativa, desempenhando papel essencial na comunicação transparente das iniciativas organizacionais voltadas à responsabilidade socioambiental. Segundo KPMG (2020), a adoção desses relatórios fortalece o relacionamento com stakeholders ao promover a divulgação padronizada de ações e resultados, contribuindo para a credibilidade e reputação institucional. Nesse processo, o contador assume função central ao garantir a consistência das informações reportadas, atuando como elo entre os dados gerados internamente e a comunicação institucional externa (SANTOS et al., 2020).

O Ministério de Portos e Aeroportos (BRASIL, 2025) reconhece esses documentos como ferramentas essenciais de integração entre práticas sustentáveis e políticas organizacionais, ampliando os pilares da governança. A aplicação das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), conforme apontam Oliveira, Rover e Borba (2017), tem contribuído para a uniformização das informações, promovendo maior comparabilidade e confiabilidade dos dados, especialmente em setores complexos como o portuário.

Além de apresentarem os resultados obtidos, os relatórios de sustentabilidade também comunicam compromissos futuros e estratégias de longo prazo, evidenciando a evolução do posicionamento institucional. Segundo Adams e Frost (2008), essa prática é fundamental para alinhar as expectativas dos públicos de interesse e fortalecer a imagem organizacional diante

das demandas por práticas responsáveis.

Por conseguinte, os relatórios têm influenciado diretamente os processos decisórios estratégicos, ao fornecerem subsídios para ajustes em políticas internas, alocação de recursos e planejamento corporativo (HIGGINS; TANG; BEDNAR, 2020). Essa centralidade reforça a importância do engajamento da alta gestão e da adoção de estruturas robustas de governança para assegurar a integridade das informações divulgadas e o alinhamento com os valores institucionais.

2.1.2 Teoria da Legitimidade e a busca por aceitação social

A Teoria da Legitimidade tem sido amplamente adotada para compreender a motivação das organizações na divulgação de informações socioambientais. De acordo com Suchman (1995), uma entidade é percebida como legítima quando suas ações são socialmente compreendidas como desejáveis, apropriadas ou corretas dentro de um sistema de normas, valores e crenças compartilhados. Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade funcionam como instrumentos de legitimação simbólica e substantiva, demonstrando o compromisso organizacional com a ética, a transparência e os interesses coletivos.

Conforme argumentam Gray, Kouhy e Lavers (1995), a legitimidade não deve ser tratada apenas como um recurso simbólico, mas como um componente estratégico necessário à continuidade organizacional, especialmente em setores altamente regulados e sensíveis aos impactos ambientais, como o setor portuário. Nesse cenário, os relatórios de sustentabilidade funcionam como uma resposta institucional às pressões externas, reforçando a confiança dos stakeholders e o alinhamento às expectativas sociais.

Suchman (1995) classifica a legitimidade em três dimensões: pragmática, moral e cognitiva, sendo esta última a mais resiliente e complexa de ser conquistada. No setor portuário, a busca por legitimidade cognitiva se evidencia na forma como as instituições reportam sua conformidade com agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios ESG, contribuindo para evitar sanções institucionais e ampliar o apoio social.

Estudos como o de Lins, Servaes e Tamayo (2017) apontam que práticas de transparência e responsabilidade social bem implementadas geram retornos institucionais relevantes, incluindo acesso facilitado ao crédito, redução de riscos regulatórios e maior aceitação por parte da comunidade local. Dessa forma, a função estratégica da legitimidade reside em sua capacidade de sustentar a viabilidade organizacional no longo prazo.

Esses instrumentos funcionam como elementos simbólicos e estratégicos na

consolidação da legitimidade organizacional, exigindo um alinhamento consistente entre os discursos proferidos e as ações efetivamente implementadas. Tal processo demanda, ainda, atenção contínua às mudanças nos valores sociais e institucionais em circulação.

2.1.3 Disclosure Theory e a redução da assimetria informacional

Com base na Disclosure Theory, compreende-se que a divulgação voluntária de informações atua na mitigação da assimetria informacional entre agentes internos e externos à organização. Watson, Shrives e Marston (2002) destacam que essa prática é particularmente estratégica em contextos operacionais complexos, pois promove transparência e solidez nas relações institucionais. No setor portuário, marcado por externalidades socioambientais relevantes, tal prática tem adquirido centralidade como instrumento de legitimação e governança.

Verrecchia (2001) argumenta que quanto maior a transparência da empresa, menores são os custos de capital, uma vez que o mercado passa a confiar mais na qualidade das informações prestadas. Essa lógica é especialmente aplicável a portos e terminais, que lidam com múltiplos agentes reguladores, investidores e comunidades locais, tornando o disclosure socioambiental um diferencial competitivo.

Healy e Palepu (2001) argumentam que o êxito da divulgação voluntária depende, sobretudo, da qualidade das informações oferecidas. Dados imprecisos ou generalistas tendem a ampliar a incerteza e fragilizar a confiança na instituição. Em contrapartida, quando a divulgação incorpora indicadores ESG organizados segundo diretrizes consolidadas, como as da GRI, contribui-se para uma tomada de decisão mais informada e para o fortalecimento da estratégia organizacional.

Dessa forma, um disclosure eficaz não se limita ao volume de dados compartilhados, mas à sua relevância, verificabilidade e clareza. No setor portuário, a elaboração de relatórios de sustentabilidade que evidenciem riscos, compromissos, impactos e resultados reais constitui uma ferramenta de gestão essencial, com potencial de influenciar positivamente a percepção dos stakeholders e apoiar decisões estratégicas de longo prazo.

2.1.4 Relato Integrado e a visão ampliada da contabilidade

O Relato Integrado configura-se como uma evolução dos modelos tradicionais de comunicação corporativa, promovendo uma abordagem holística que incorpora os múltiplos capitais que influenciam a capacidade de geração de valor no curto, médio e longo prazo. Segundo o IIRC (2021), esse modelo integra o capital financeiro, manufaturado, intelectual,

humano, social e natural, permitindo uma representação mais ampla e coerente do desempenho e das estratégias organizacionais.

De acordo com Jensen e Berg (2012), o Relato Integrado não apenas melhora a qualidade da informação disponibilizada aos stakeholders, como também favorece o alinhamento entre objetivos estratégicos e práticas sustentáveis. Essa abordagem tem se mostrado particularmente útil em setores com forte impacto ambiental, como o portuário, ao articular responsabilidade corporativa e transparência.

A adoção do Relato Integrado demanda transformações nos sistemas de informação contábil, que devem captar dados financeiros e não financeiros com precisão e relevância. Stubbs e Higgins (2014) apontam que a efetividade do modelo está diretamente associada à capacidade da organização de integrar suas funções gerenciais, operacionais e comunicacionais em uma lógica de geração de valor sustentável.

A mensuração de capitais intangíveis, como os de natureza social e ambiental, ainda impõe desafios metodológicos relevantes. Contudo, esse cenário também representa uma oportunidade para que a contabilidade reforce seu papel central na governança organizacional e na transparência informacional. Nesse contexto, o Relato Integrado afirma-se como um instrumento estratégico para empresas comprometidas com a sustentabilidade de longo prazo e com a legitimação pública de suas práticas.

2.1.5 CPC 09 e a transparência na distribuição do valor gerado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), regulamentada pelo CPC 09 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2008), constitui um importante instrumento de transparência e evidenciação da contribuição socioeconômica das entidades. Por meio dela, torna-se possível identificar como a riqueza gerada pela organização é distribuída entre os diferentes agentes econômicos, como governo, empregados, financiadores e sociedade em geral.

Segundo Mello e Galdi (2014), a inclusão da DVA nos relatórios corporativos fortalece os mecanismos de *accountability*, ao oferecer dados objetivos sobre o papel da empresa no desenvolvimento das regiões onde atua. Sua presença nos relatórios de sustentabilidade amplia a percepção sobre o impacto social da organização, superando a tradicional abordagem centrada apenas em indicadores financeiros.

Freitas e Costa (2017) identificam na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) um importante instrumento analítico, com potencial para comparar o comportamento de diferentes organizações no que se refere à geração e à distribuição de riqueza. Essa abordagem favorece a reflexão crítica sobre justiça distributiva, equidade social e eficiência

das práticas empresariais, tanto em nível setorial quanto territorial.

Além de sua relevância técnica, a DVA contribui para o fortalecimento da imagem institucional junto a investidores e demais stakeholders, especialmente em tempos de crescente exigência por transparência e responsabilidade social. Como exemplo, o Porto de Suape, em seu relatório de sustentabilidade de 2022, incorporou a DVA como forma de explicitar sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Assim, o CPC 09 revela-se um marco importante na consolidação da contabilidade como instrumento de controle social e ferramenta estratégica para as organizações que buscam evidenciar sua legitimidade e gerar valor compartilhado.

2.1.6 Estudos anteriores sobre relatórios de sustentabilidade portuária

A análise da qualidade e consistência dos relatórios de sustentabilidade no setor portuário tem sido objeto de diversas investigações científicas nos últimos anos. Embora a adoção das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) tenha se ampliado no Brasil, há indícios de que muitos portos ainda enfrentam desafios na consolidação de indicadores socioambientais padronizados e comparáveis.

Milne e Gray (2013) argumentam que grande parte da divulgação nos relatórios organizacionais tende a ser simbólica, voltada mais à construção de imagem do que à prestação de contas substantiva. Esse fenômeno também foi observado no contexto portuário por Santos et al. (2020), ao analisarem os relatórios de sustentabilidade de terminais marítimos na costa brasileira.

Em estudo comparativo internacional, Lohmann e Baumgärtner (2016) destacam que portos com maior participação privada tendem a incorporar práticas ESG de forma mais robusta, o que pode ser atribuído à pressão de stakeholders externos e à necessidade de atrair investimentos sustentáveis. No Brasil, pesquisas como a de Lima et al. (2021) sugerem que a ausência de indicadores padronizados dificulta a avaliação longitudinal e a comparação entre terminais.

Os resultados observados ressaltam a importância de fortalecer os mecanismos de controle interno e a governança das organizações, bem como de intensificar o papel ativo dos profissionais da contabilidade no processo de consolidação e verificação das informações reportadas. A atuação qualificada desses profissionais é fundamental para assegurar a fidedignidade e a utilidade dos relatórios, potencializando seu valor como ferramentas de gestão e comunicação institucional.

2.1.7 O papel do contador na sustentabilidade portuária

A ampliação do escopo da contabilidade nas últimas décadas tem acompanhado a crescente complexidade das demandas por relatórios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Nesse cenário, o contador assume um papel central na estruturação, mensuração e comunicação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), tornando-se agente ativo na consolidação de práticas empresariais sustentáveis (PEREIRA; FREITAS, 2017).

De acordo com Silva e Rodrigues (2021), o profissional contábil contribui para a credibilidade dos relatórios ao garantir a integridade das informações e assegurar a conformidade com padrões como os propostos pelo GRI (Global Reporting Initiative) e pelo CPC 09, que regulamenta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Essa demonstração, por sua vez, permite evidenciar a distribuição da riqueza gerada pela empresa entre os diversos stakeholders, cumprindo um papel estratégico na comunicação institucional.

Além disso, estudiosos como Almeida e Sales (2020) destacam que o contador possui a capacidade técnica de integrar indicadores não financeiros aos sistemas de informação contábil, promovendo a rastreabilidade e a auditabilidade de métricas socioambientais. Isso se mostra essencial em setores como o portuário, onde há elevada sensibilidade ambiental e grande exposição pública.

A atuação do contador também está diretamente relacionada ao fortalecimento da legitimidade organizacional, uma vez que sua mediação na produção de relatórios de sustentabilidade reforça a confiança dos públicos de interesse nas práticas adotadas pela instituição (COSTA; LIMA, 2019). Nesse sentido, a contabilidade socioambiental deixa de ser apenas um instrumento de registro e passa a exercer função estratégica na governança corporativa e na gestão de riscos.

Portanto, o contador contemporâneo precisa aliar conhecimentos técnicos à sensibilidade ambiental e social, assumindo uma postura multidisciplinar e ética, orientada para a geração de valor compartilhado e sustentável.

Nesse sentido, observa-se que as teorias apresentadas – Teoria da Legitimidade, Disclosure Theory e o Relato Integrado – não apenas oferecem substrato conceitual à análise dos relatórios de sustentabilidade portuária, mas também dialogam diretamente com a natureza discursiva e estratégica desses documentos. A busca por aceitação social (legitimidade), a redução da assimetria informacional (disclosure) e a integração entre capitais financeiros e não financeiros (relato integrado) se materializam na linguagem e nos temas recorrentes desses relatórios. Ao serem apropriadas pelas organizações portuárias, tais teorias

são traduzidas em narrativas que sustentam a imagem institucional, promovem a transparência e reforçam a conformidade com as agendas ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, compreender essas inter-relações teóricas é fundamental para interpretar os padrões linguísticos e temáticos que emergem como estratégias de posicionamento organizacional.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota um delineamento exploratório e descritivo, com o objetivo de examinar as práticas de sustentabilidade no setor portuário brasileiro por meio da análise de relatórios institucionais. A abordagem metodológica combina análise de conteúdo em grande escala a partir de relatórios institucionais (Relato Integrado (RI), Relatório de Sustentabilidade (RS), Relatório Anual (RA) ou Relatório de Administração (RA), e técnicas de mineração de texto, apoiando-se em duas ferramentas analíticas: Python e VOSviewer.

O Python foi utilizado para processar, limpar e extrair dados textuais relevantes dos relatórios, aproveitando sua capacidade de lidar com textos não estruturados em grande escala. O VOSviewer, um software de código aberto, foi empregue para construir e visualizar redes bibliométricas, possibilitando a representação gráfica de relações complexas entre termos e conceitos (Di Vaio et al., 2023).

Para definir o escopo do estudo, foram selecionados portos e terminais brasileiros que, individualmente, responderam por mais de 1% do total da movimentação de cargas em 2024, de acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, 2025). A Tabela 1 apresenta a população do estudo, incluindo o nome do porto ou terminal, autoridade administrativa, região, categoria operacional e o respectivo percentual de movimentação de cargas nacional.

Tabela 1 População de Estudo

Porto ou Terminal	Autoridade Administrativa	Região	Categoria Operacional	Movimentação total (%)
<i>Terminal Marítimo de Ponta da Madeira</i>	VALE	Nordeste	Terminal de uso privado	13.30
<i>Santos</i>	<i>SANTOS PORT AUTHORITY</i>	Sudeste	Porto Público	10.50
<i>Terminal de Tubarão</i>	VALE	Sudeste	Terminal de uso privado	5.86
<i>Terminal Aquaviário de Angra dos Reis</i>	TRANSPETRO	Sudeste	Terminal de uso privado	4.75
<i>Porto de Itaguaí</i>	<i>PORTOSRIO</i>	Sudeste	Porto Público	4.59
<i>Porto de Paranaguá</i>	<i>PORTOS DO PARANÁ</i>	Sul	Porto Público	4.49
<i>Terminal Aquaviário de São Sebastião</i>	TRANSPETRO	Sudeste	Terminal de uso privado	4.03
<i>Terminal de Petróleo Tpet/Toil</i>	<i>PORTO DO AÇU</i>	Sudeste	Terminal de uso privado	3.80
<i>Itaqui</i>	EMAP	Nordeste	Porto Público	2.56
<i>Terminal da Ilha Guaíba</i>	VALE	Sudeste	Terminal de uso privado	2.43
<i>Porto do Rio Grande</i>	<i>PORTOS RS</i>	Sul	Porto Público	2.22
<i>Porto do Açú</i>	<i>PORTO DO AÇU</i>	Sudeste	Terminal de uso privado	1.89
<i>Porto de Suape</i>	<i>COMPLEXO DO SUAPE</i>	Nordeste	Porto Público	1.88

<i>Porto Sudeste do Brasil</i>	<i>PORTO SUDESTE DO BRASIL</i>	Sudeste	Terminal de uso privado	1.87
<i>Terminal Aquaviário de Madre de Deus</i>	TRANSPETRO	Nordeste	Terminal de uso privado	1.57
<i>Vila do Conde</i>	<i>DOCAS DO PARÁ</i>	Norte	Porto Público	1.44
<i>Terminal Portuário do Pecém</i>	<i>COMPLEXO DO PECÉM</i>	Sudeste	Terminal de uso privado	1.44
<i>São Francisco do Sul</i>	<i>PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL</i>	Sul	Porto Público	1.28
<i>Porto de Santarém</i>	<i>DOCAS DO PARÁ</i>	Norte	Porto Público	1.24
<i>Terminal Aquaviário da Ilha D'Água</i>	TRANSPETRO	Sudeste	Terminal de uso privado	1.19
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>PORTOSRIO</i>	Sudeste	Porto Público	1.17
<i>DP World Santos</i>	DP World Brasil	Sudeste	Terminal de uso privado	1.16
<i>Terminal Portuário Privativo Alumar</i>	ALUMAR	Nordeste	Terminal de uso privado	1.08
<i>Porto Itapoá Terminais Portuários</i>	<i>PORTO ITAPOÁ</i>	Sul	Terminal de uso privado	1.03
<i>Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita</i>	VLI	Sudeste	Terminal de uso privado	1.02

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Considerando que múltiplos terminais são frequentemente administrados pela mesma autoridade ou empresa privada, a análise foi consolidada no nível da entidade gestora, em vez de ser realizada por instalação individual. Essa abordagem aumenta a coerência e a representatividade dos dados, além de evitar redundâncias nos casos em que vários terminais são contemplados por um único relatório institucional.

Durante a fase de coleta de dados, os documentos institucionais foram obtidos obedecendo a seguinte ordem hierárquica de prioridade: Relato Integrado (RI), Relatório de Sustentabilidade (RS), Relatório Anual (RA) ou Relatório de Administração (RA). Considerou-se apenas um relatório por entidade gestora por ano, sendo selecionado o relatório mais recente disponível até 26 de maio de 2025. Nos casos em que existiam múltiplos relatórios, foi dada prioridade ao RI ou RS devido à sua maior aderência aos temas ESG.

Vale ressaltar que a DP *World* Brasil não publicou nenhum dos relatórios mencionados dentro do período de coleta e, por isso, foi excluída da análise. Consequentemente, a amostra final compreendeu 16 autoridades administrativas distintas, que juntas representam aproximadamente 77% do total da movimentação de cargas no Brasil.

A Tabela 2 cataloga as informações pertinentes a esta pesquisa. Ela lista cada empresa gestora ou autoridade portuária, o respectivo relatório utilizado na análise e o percentual correspondente da movimentação portuária total para cada porto ou terminal.

Tabela 2 Amostra do estudo

Item	Autoridade Administrativa	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
1	<i>ALUMAR</i>	-	RS	RS	RS	RS	RS	RS
2	<i>COMPLEXO DO PECÉM</i>	-	RS	RS	RS	RS	RS	RS
3	<i>COMPLEXO DO SUAPE</i>	-	RS	RS	RS	RI	RS	RS
4	<i>DOCAS DO PARÁ</i>	-	-	-	RI	RI	RI	RI
5	<i>EMAP</i>	-	-	RS	RS	RS	-	RS
6	<i>PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL</i>	-	RS	RS	RS	-	RS	-
7	<i>PORTO DO AÇU</i>	RS	RS	RS	RS	RS	-	-
8	<i>PORTO ITAPOÁ</i>	-	RS	RS	RS	-	-	-
9	<i>PORTO SUDESTE DO BRASIL</i>	RS	RS	RS	-	-	-	-
10	<i>PORTOS DO PARANÁ</i>	RS	RS	RS	RS	-	-	-
11	<i>PORTOS RS</i>	RG	RG	RG	-	-	-	-
12	<i>PORTOSRIO</i>	RA	RA	RA	RA	RG	RA	RA
13	<i>SANTOS PORT AUTHORITY</i>	-	RS	RS	RS	RS	RS	-
14	<i>TRANSPETRO</i>	RA	RA	RA	RA	RA	RA	RA
15	<i>VALE</i>	RI	RI	RI	RI	RI	RS	RS
16	<i>VLI</i>	-	RS	RS	RS	RS	-	-

Nota: Relatórios: RI - Relatório Integrado; RS - Relatório de Sustentabilidade; RA - Relatório Anual; RG - Relatório Gerencial.

Este estudo adota uma abordagem exploratória e indutiva para analisar o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade publicados pelos principais portos brasileiros ao longo de um período de sete anos. Em vez de se basear em palavras-chave ou categorias temáticas predefinidas, a metodologia foi elaborada para permitir que os temas de sustentabilidade emergissem organicamente a partir dos dados.

Todos os relatórios foram pré-processados utilizando *scripts* automatizados em Python, que realizaram tarefas como padronização do texto (conversão para minúsculas, remoção de acentos e pontuação), *tokenização* e eliminação de *stopwords* (em português). Esse processo de limpeza garantiu que apenas termos semanticamente relevantes permanecessem no *corpus* para análise, sendo filtrados os termos ambíguos.

Para identificar os termos mais frequentes e contextualmente significativos, foram calculadas as métricas de frequência de termos (TF) e frequência de termos–inversa da frequência nos documentos (TF-IDF). Esses indicadores auxiliaram na detecção de tópicos e tendências mais relevantes ao longo do tempo. Além disso, nuvens de palavras e histogramas de frequência foram utilizados para visualizar os termos dominantes e detectar padrões semânticos iniciais.

Subsequentemente, o *VOSviewer* foi empregado para construir mapas de coocorrência

de termos, possibilitando a identificação de agrupamentos temáticos e relações entre conceitos. Essa visualização ajudou a destacar a proeminência relativa dos temas ligados à sustentabilidade nos diferentes relatórios.

Para revelar estruturas latentes e acompanhar a evolução temática, técnicas de modelagem de tópicos, especialmente a *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), foram aplicadas. Esses modelos proporcionaram uma compreensão mais aprofundada sobre como as narrativas de sustentabilidade se desenvolveram ao longo do período analisado.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a evolução da incorporação de temas relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade ou documentos equivalentes publicados por portos e terminais brasileiros entre os anos de 2018 e 2024. Para tanto, adotou-se uma abordagem baseada na análise quantitativa de palavras recorrentes, com apoio de técnicas de visualização gráfica, considerando uma amostra composta por dezesseis instituições portuárias.

Esse objetivo geral se desdobra em três objetivos específicos: i) identificar os temas mais recorrentes nos relatórios de sustentabilidade; ii) analisar a evolução temporal do vocabulário institucional associado à sustentabilidade; e iii) verificar a aderência dos relatórios aos referenciais teóricos da área contábil e às diretrizes internacionais, como o GRI. Os resultados obtidos a seguir demonstram o cumprimento desses objetivos.

A análise dos dados revelou uma evolução discursiva gradual nos relatórios examinados, evidenciada pelo aumento da incidência de termos como “gestão”, “governança”, “riscos” e “sustentabilidade”. Tal mudança indica um deslocamento da comunicação institucional portuária – antes centrada em descrições operacionais – para um modelo mais estratégico e aderente às exigências contemporâneas de responsabilidade socioambiental. O destaque crescente do termo “Gestão”, sobretudo a partir de 2022, corrobora a hipótese de que os portos estão incorporando práticas de gestão estratégica como núcleo de suas ações divulgadas, alinhando-se ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

Gráfico 1 Palavras mais citadas

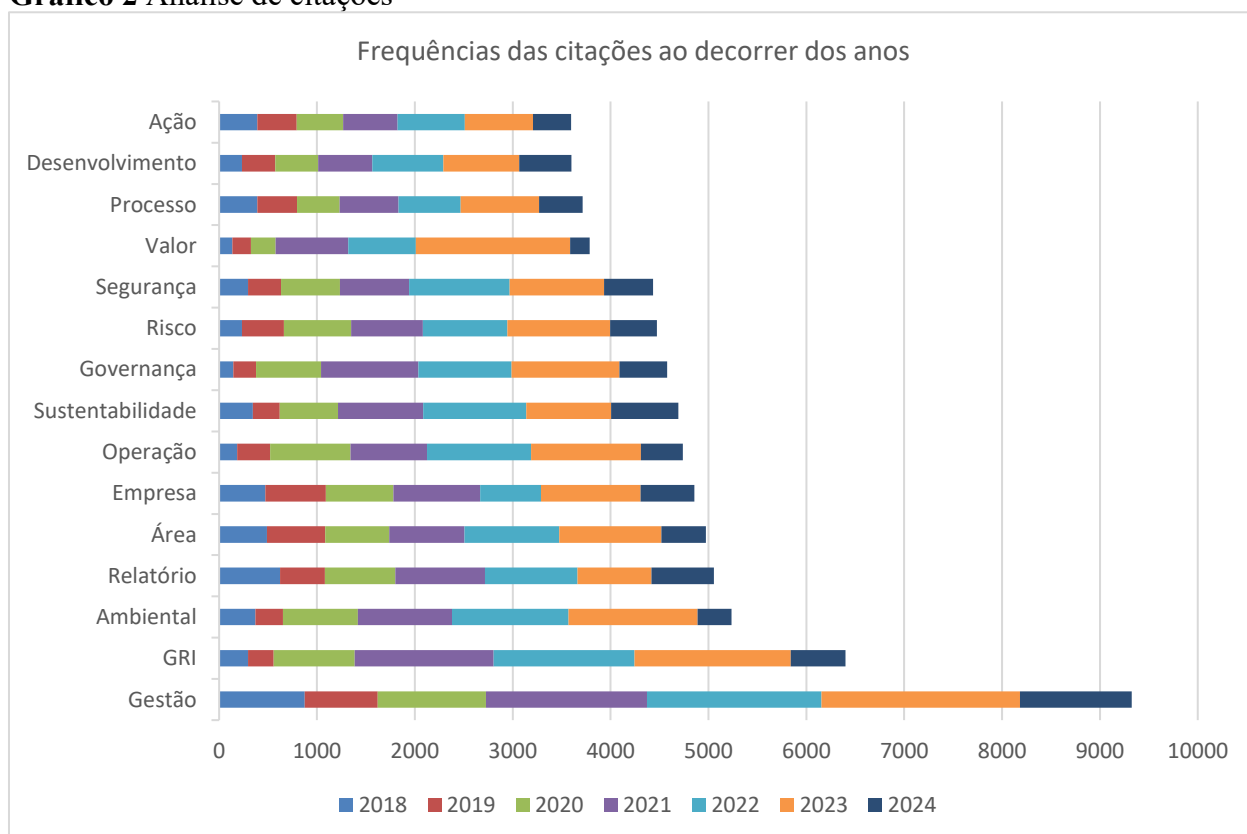


Fonte: produção do autor (2025).

O Gráfico 1, sintetiza as 15 palavras mais mencionadas nos relatórios analisados. Revelou-se que a palavra “Gestão” lidera a lista com um total de 9.325 ocorrências, indicando uma dominância da administração e do gerenciamento dentro dos discursos de sustentabilidade portuária. A presença constante de termos como “GRI” (6.401), “Ambiental” (5.236) e “Relatório” (5.057) sugere que, ao longo do período analisado, houve uma crescente ênfase na normatização, conformidade e estruturação de relatórios relacionados à sustentabilidade. Esses termos revelam a forte tendência dos portos brasileiros em adotar e comunicar suas práticas de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), além da conformidade com padrões internacionais de governança corporativa e ambiental.

Além disso, termos como “Área”, “Empresa”, “Operação” e “Sustentabilidade” reforçam a percepção de que a gestão de sustentabilidade nas operações portuárias não é um processo isolado, mas sim uma prática integrada à estratégia e operação das empresas do setor. A presença de palavras como “Desenvolvimento” (3.600) e “Ação” (3.595) no final da lista também revela uma tentativa de vincular esses conceitos a ações práticas e proativas dentro dos portos, sugerindo que, apesar do foco em processos gerenciais, as práticas de sustentabilidade também buscam alcançar resultados tangíveis.

Gráfico 2 Análise de citações



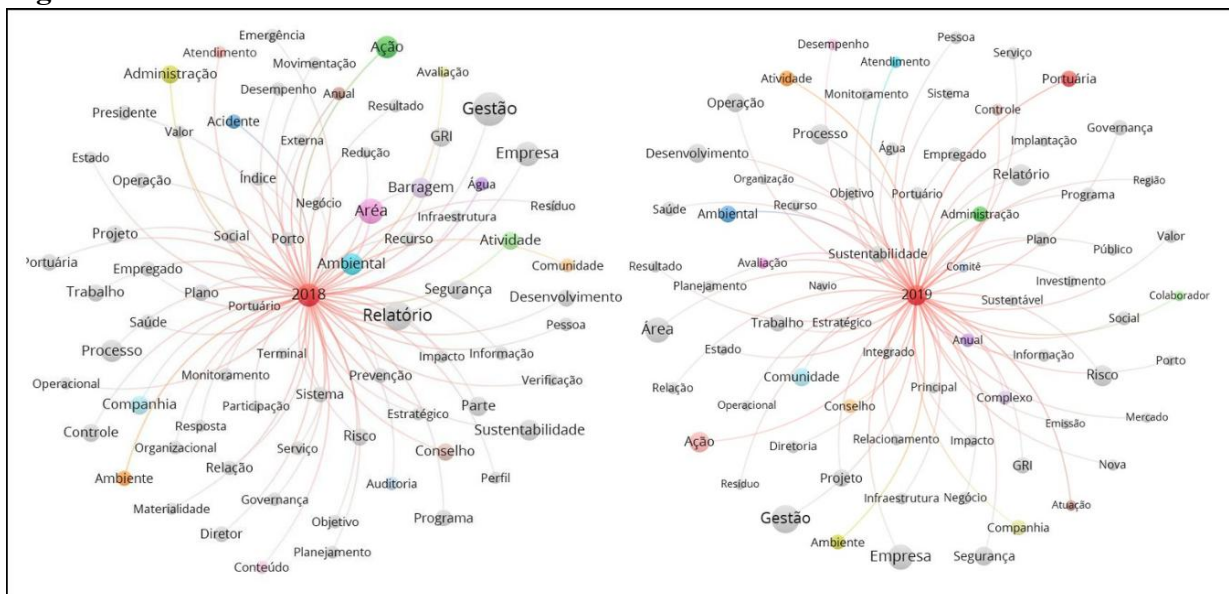
O Gráfico 2 apresenta a contagem de ocorrências das principais palavras em cada ano, possibilitando visualizar tanto o volume total quanto a distribuição anual de cada termo. A análise longitudinal da frequência de termos em relatórios de sustentabilidade, no período de 2018 a 2024, atende ao segundo objetivo específico ao evidenciar a transformação progressiva no vocabulário institucional empregado pelas organizações. A constante menção à palavra “Gestão” ao longo dos anos, com picos expressivos em 2020, 2022 e 2024, sugere que, apesar das flutuações nas prioridades temáticas, a gestão continua sendo o eixo central em torno do qual os portos estruturam suas práticas de sustentabilidade.

Nos anos de 2020 e 2022, houve um notável crescimento na utilização dos termos “GRI”, “Relatório”, “Ambiental” e “Sustentabilidade”, o que pode refletir uma intensificação das exigências por maior transparência e responsabilidade ambiental no setor portuário. Em 2020, o contexto pandêmico da COVID-19 possivelmente contribuiu para uma maior ênfase em temas relacionados à gestão de riscos e governança. Já em 2022, o aumento expressivo desses termos pode estar associado à intensificação das práticas de sustentabilidade e ao fortalecimento das diretrizes de governança corporativa, impulsionadas por regulamentações mais exigentes e pressões do mercado global.

Além dos gráficos, foram geradas figuras em formato de flor para cada ano analisado, nas quais o tamanho das pétalas representa a quantidade de vezes que cada palavra foi mencionada nos relatórios daquele ano. Essas visualizações permitem observar de forma intuitiva a concentração e a evolução dos temas abordados em cada período, reforçando a centralidade de determinados termos e a introdução ou crescimento de outros ao longo do tempo. Essas ferramentas visuais se revelam eficazes para o mapeamento temático e facilitam a compreensão das tendências discursivas entre os anos.

A Figura 1, com as palavras mais citadas em 2018 e 2019, destaca um deslocamento gradual no foco das práticas de sustentabilidade. Em 2018, as palavras mais conectadas eram “Ambiental”, “Relatório”, “Gestão” e “Empresa”, refletindo um interesse inicial na formalização de práticas ambientais e na estruturação de relatórios. No entanto, ao observarmos o ano de 2019, notamos uma mudança significativa, com uma maior ênfase na sustentabilidade, que se torna o conceito central das conexões semânticas, especialmente associada à gestão e à integração das práticas ambientais no setor portuário. Esse movimento pode indicar um amadurecimento das discussões sobre sustentabilidade, com um foco crescente na integração das políticas ambientais dentro da estratégia corporativa.

Figura 1 – Palavras mais citadas em 2018 e 2019

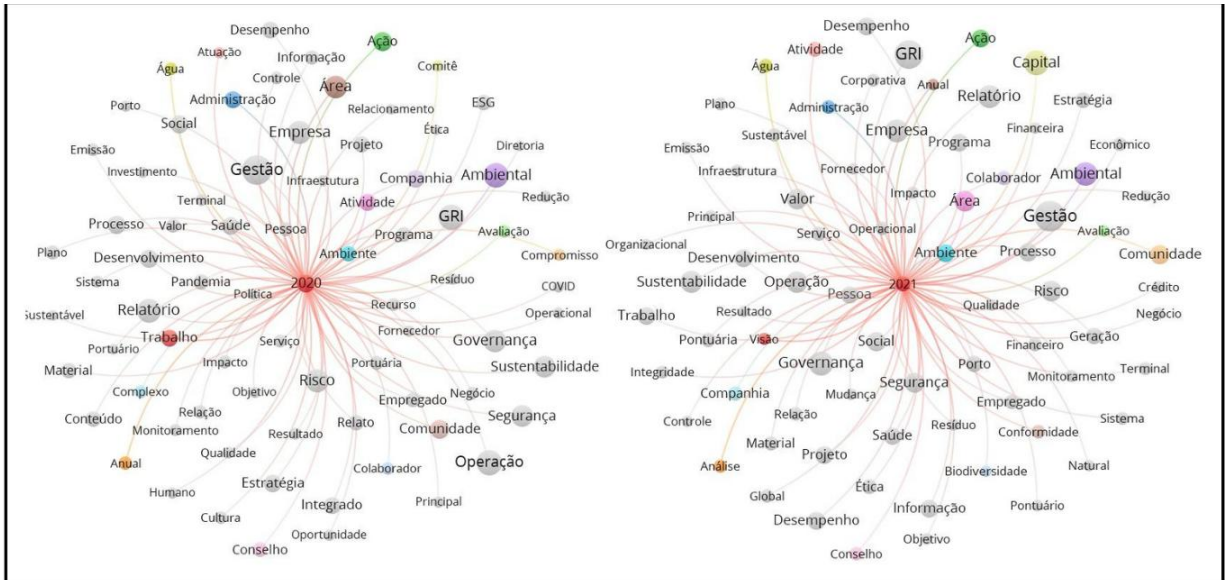


Fonte: Elaboração própria, conforme os relatórios analisados na tabela 2.

A Figura 2, com as redes semânticas de 2020 e 2021, revela a transição de um foco mais institucional para um foco mais prático e abrangente. A palavra “Relatório” se destaca em 2020, refletindo a pressão por maior transparência e prestação de contas em um contexto de crise global devido à pandemia. A palavra “Risco”, mencionada de forma mais intensa, também corrobora essa interpretação, visto que as empresas passaram a focar em estratégias para mitigar os impactos da crise e melhorar sua resiliência operacional. Já em 2021, o foco se transfere para “Sustentabilidade” e “Governança”, o que denota uma maturação das práticas ESG no setor portuário. A presença de termos como “Segurança” e “GRI” também evidencia que, após a crise de 2020, as empresas estavam mais maduras no que diz respeito à implementação de práticas sustentáveis e na formalização de processos de governança dentro do setor.

O amadurecimento discursivo identificado vai além da simples repetição de termos técnicos, manifestando-se também na interconectividade entre esses conceitos nas redes semânticas mapeadas. Observa-se uma progressiva coesão na narrativa organizacional, na qual a sustentabilidade deixa de ser um tema periférico para tornar-se um eixo integrador das diversas áreas de gestão portuária. Esse posicionamento sugere que as práticas sustentáveis estão se consolidando como parte intrínseca do modelo de negócio das organizações, superando o caráter meramente simbólico e refletindo uma postura gerencial mais integrada e estratégica.

Figura 2 – Palavras mais citadas em 2020 e 2021



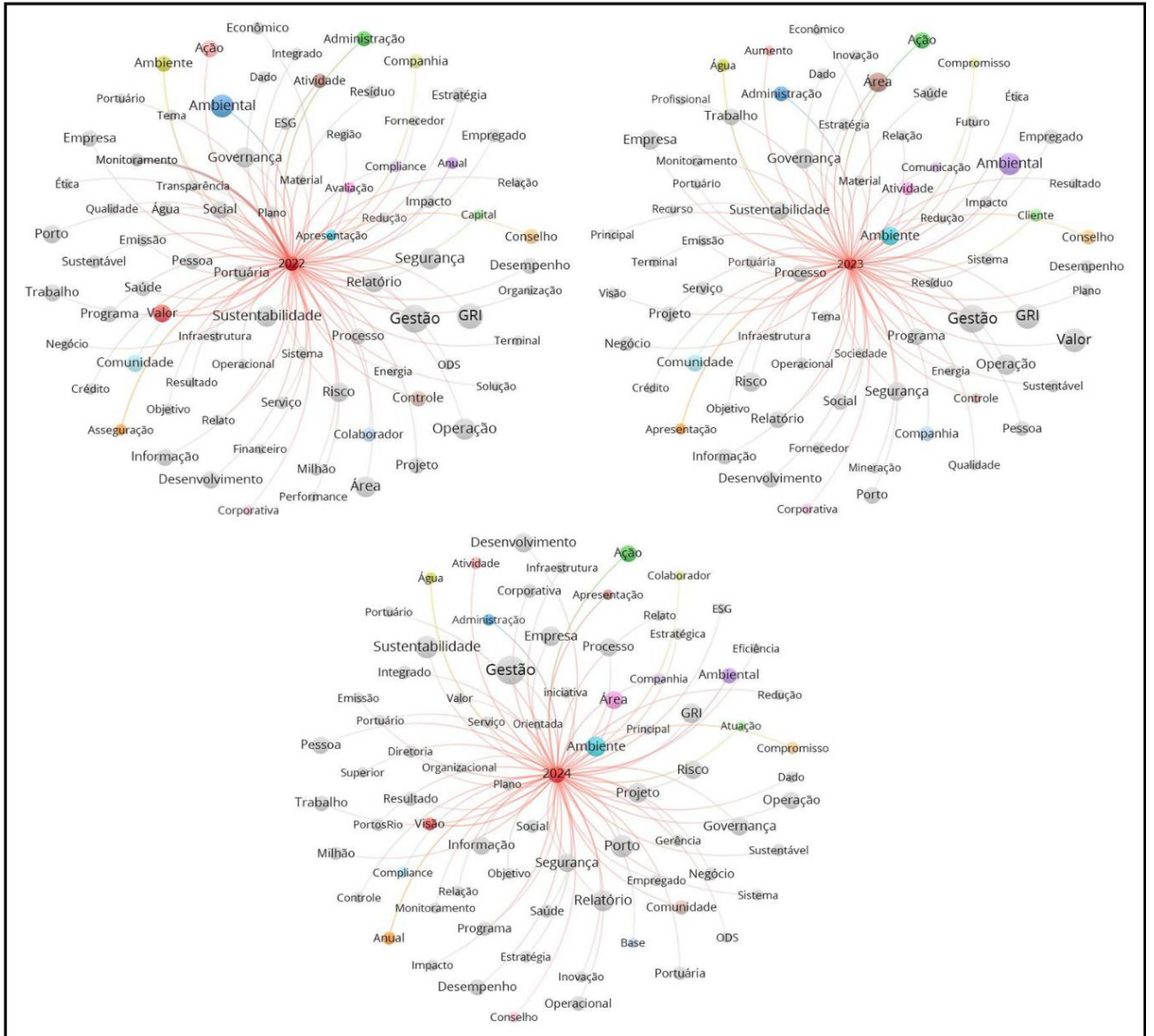
Fonte: Elaboração própria, conforme os relatórios analisados na tabela 2.

No triênio 2022 a 2024, a tendência se intensifica, com destaque para o avanço expressivo do termo “Gestão”, que se consolida como o mais citado em 2024. Essa prevalência reflete uma transição para abordagens mais técnicas e orientadas por desempenho, revelando o amadurecimento da linguagem institucional em torno da gestão estratégica. Simultaneamente, há um crescimento contínuo nos termos “GRI”, “Ambiental”, “Governança” e “Sustentabilidade”, o que reforça o alinhamento das organizações aos referenciais globais e à agenda ESG. Por outro lado, termos como “Processo”, “Ação” e “Desenvolvimento” mantêm crescimento mais discreto ao longo do período analisado, sinalizando um deslocamento das narrativas operacionais para uma perspectiva mais voltada à gestão integrada e à criação de valor de longo prazo. Tais padrões refletem o esforço institucional de vincular sustentabilidade à performance e ao planejamento de longo prazo, com foco na accountability.

Essa incorporação está alinhada à literatura sobre contabilidade socioambiental, especialmente no que tange à Teoria da Legitimidade (Suchman, 1995; Deegan, 2002) e ao Relato Integrado (IIRC, 2021), reforçando que as organizações buscam não só relatar, mas legitimar suas práticas perante a sociedade e os stakeholders. Essa análise contribui diretamente para o terceiro objetivo específico, ao demonstrar como os relatórios se alinham aos referenciais teóricos contábeis contemporâneos. A consistência discursiva observada indica que há um esforço deliberado para fortalecer a imagem institucional dos portos, associando práticas sustentáveis à credibilidade organizacional.

A Figura 3, com a evolução dos gráficos de 2022 a 2024, revela uma consolidação das práticas de sustentabilidade e governança. A centralidade de palavras como “Gestão”, “Segurança”, “Sustentabilidade” e “Relatório” em 2022 sugere que, embora os temas de governança e gestão continuem a ser de grande importância, as práticas de sustentabilidade já estão sendo profundamente incorporadas à operação dos portos.

Figura 3 – Palavras mais citadas de 2022 a 2024.



Fonte: Elaboração própria, conforme os relatórios analisados na tabela 2.

A menção crescente a palavras como “Projeto”, “Desenvolvimento” e “Ambiental” reflete uma tendência de implementação de ações práticas voltadas à concretização das políticas de sustentabilidade, com ênfase no desenvolvimento de projetos de longo prazo para a melhoria contínua dos processos ambientais. Nos anos de 2023 e 2024, a

intensificação das associações entre os termos “GRI”, “Governança” e “Sustentabilidade” evidencia um avanço nas práticas institucionais rumo ao comprometimento efetivo com padrões ESG e à consolidação de processos certificados. A recorrência de palavras como “Ética” e “Compromisso” reforça a hipótese de uma transição discursiva: da conformidade normativa para uma transformação cultural mais ampla, voltada à internalização de valores ligados à responsabilidade social e ambiental nas estruturas organizacionais dos portos.

O uso recorrente da metodologia GRI também sugere uma busca por padronização e comparabilidade dos dados apresentados, elemento essencial para fortalecer a confiança nas informações reportadas. Nesse aspecto, o papel do contador torna-se crucial, atuando na sistematização e na qualidade das informações divulgadas, conforme apontado no referencial teórico desta monografia. Tal atuação é coerente com as atribuições profissionais descritas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com as demandas crescentes por profissionais qualificados para o reporte ESG.

As evidências obtidas ao longo da análise revelam que, apesar da persistência de obstáculos e da presença de assimetrias informacionais, os portos brasileiros têm avançado no sentido de adotar uma linguagem organizacional cada vez mais técnica, precisa e transparente. Esse progresso acompanha tendências verificadas em setores estratégicos da economia e reforça a utilidade dos relatórios de sustentabilidade como instrumentos efetivos de governança corporativa, accountability e construção de relacionamentos com os diversos públicos de interesse.

Apesar da aparente evolução discursiva observada nos relatórios, marcada pela ampliação de vocabulário associado à agenda ESG e aos ODS, nota-se uma assimetria entre sofisticação narrativa e concretude das informações. Em muitos casos, há uma intensificação do uso de expressões relacionadas à sustentabilidade sem o devido aprofundamento técnico ou evidência de impactos mensuráveis. Essa dissociação revela um fenômeno que pode ser interpretado como "sustentabilidade performática", em que o foco está mais em atender a expectativas normativas e reputacionais do que em promover transformações estruturais. Assim, o avanço no repertório linguístico não implica, necessariamente, em progresso prático, o que exige uma leitura crítica da materialidade das ações reportadas.

De forma sintética, os resultados obtidos demonstram o alcance satisfatório dos objetivos propostos na introdução. Foram identificados os principais temas recorrentes,

examinada a trajetória evolutiva das práticas discursivas ao longo dos anos, e verificado o alinhamento dessas práticas com os referenciais teóricos adotados, validando a relevância analítica e interpretativa da pesquisa conduzida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mapear a evolução dos temas de sustentabilidade nas comunicações institucionais de portos brasileiros, a partir da análise da frequência de palavras em relatórios publicados entre 2018 e 2024. Os resultados evidenciam uma transformação discursiva significativa, com crescente padronização no uso de termos associados à gestão estratégica, governança corporativa, responsabilidade ambiental e conformidade internacional, especialmente com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Observou-se que palavras como “gestão”, “governança”, “ambiental”, “segurança” e “riscos” ganharam destaque e se mantiveram recorrentes ao longo dos anos, indicando um alinhamento progressivo com os princípios da agenda ESG e um fortalecimento da linguagem institucional voltada à transparência e à prestação de contas. As visualizações gráficas reforçam a consolidação de uma narrativa organizacional mais estruturada, que integra aspectos sociais, ambientais e de saúde no trabalho, acompanhando mudanças no próprio setor portuário, como o avanço da governança e da adesão a indicadores de desempenho globais.

Dessa forma, conclui-se que os relatórios de sustentabilidade têm se consolidado como instrumentos estratégicos de comunicação e de legitimidade institucional, contribuindo para o posicionamento dos portos frente aos seus stakeholders e ao cumprimento de compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os achados oferecem subsídios relevantes para que gestores portuários reavaliem a efetividade de suas estratégias de divulgação, aprimorando a aderência dos relatórios às expectativas de públicos diversos e à agenda global da sustentabilidade.

A consistência observada entre os padrões discursivos adotados e os referenciais teóricos contemporâneos, como a Teoria da Legitimidade e o Relato Integrado, indica que há um esforço deliberado por parte das instituições portuárias em alinhar suas comunicações aos marcos normativos internacionais. Além disso, a adoção da metodologia GRI favorece a padronização e comparabilidade das informações, elemento essencial para o fortalecimento da confiança nas informações reportadas e para o diálogo com os diversos públicos de interesse.

Além das transformações discursivas observadas, é importante destacar o papel estratégico do profissional da contabilidade nesse contexto. A elaboração dos relatórios de sustentabilidade demanda não apenas conhecimento técnico sobre normas contábeis, mas também habilidades voltadas à mensuração de impactos socioambientais, à integração de indicadores não financeiros e ao uso de frameworks internacionais, como a GRI. A atuação do contador no contexto dos relatórios de sustentabilidade desempenha papel crucial na garantia

da fidedignidade, comparabilidade e clareza das informações disponibilizadas aos stakeholders. Esse protagonismo evidencia não apenas a relevância da contabilidade como instrumento de suporte à governança organizacional, mas também a necessidade de constante capacitação técnica desses profissionais, diante dos desafios complexos impostos pela crescente demanda por responsabilidade socioambiental no setor portuário.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros ampliem a abordagem aqui proposta, incorporando análises qualitativas mais aprofundadas do conteúdo relatado, a fim de verificar em que medida a linguagem adotada reflete práticas sustentáveis concretas. Investigações comparativas entre portos públicos e privados, bem como entre diferentes regiões do país, também podem contribuir para uma compreensão mais ampla do nível de maturidade institucional do setor portuário brasileiro diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

CUTRIM, Sérgio Sampaio et al. *Sustentabilidade e atividade portuária: melhores práticas e análise de relatórios*. Sustentabilidade e Atividade Portuária, n. 3, fev. 2025.

Disponível em: <https://observatorioportuario.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Sustentabilidade-e-Atividade-Portuaria-2023-2-3.pdf>

GUEDES, Felipe E. M.; ZATTAR, Ingrid C.; SELEME, Rafael. *Sustentabilidade portuária: comparação das métricas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos portos públicos brasileiros*. Brazilian Journal of Production Engineering, v. 10, n. 2, p. 233–249, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/43799>

MENDONÇA, J. Ricardo C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jackeline. Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 1, p. 1–13, mar. 2003.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/issue/view/43-1>

SILVA, L. S. M.; PERTILE, L. C. *Contabilidade ESG: análise da aplicação da contabilidade socioambiental em empresas brasileiras*. Revista FT, 2025.

DOI: 10.69849/revistaft/fa10202502271444

GUIA de melhores práticas de sustentabilidade portuária a estratégia ESG / coordenação técnica: Sérgio Cutrim; equipe técnica: Adriano Nascimento Barbosa ... [et al.]. – São Luís: EDUFMA, 2023.

ISBN (ABEPH): 978-65-999809-1-6. ISBN (ATP): 978-65-999839-1-7. ISBN (UFMA): 978-65-5363-187-8.

Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2024/06/Guia-de-Melhores-Pr%C3%A1ticas-de-Sustentabilidade-Portu%C3%A1ria_digital-ebook.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. *Manual de contabilidade societária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

BRASIL. Ministério de Portos e Aeroportos. *Novo marco regulatório do setor portuário*. Brasília: MPA, 2025.

KPMG. *Survey of Sustainability Reporting 2020*. [S.l.]: KPMG International, 2020.

Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/my/pdf/time-has-comes.pdf>. Acesso em 25 jun. 2025.

SANTOS, E. A.; SILVA, M. R.; COSTA, F. L. *Contabilidade Socioambiental: desafios e práticas na era ESG*. Revista de Contabilidade e Sustentabilidade, v. 12, n. 1, p. 56–72, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i1>

OLIVEIRA, J. A. P.; ROVER, S.; BORBA, J. A. *Divulgação de informações socioambientais segundo as diretrizes da GRI: um estudo em empresas brasileiras*. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 22, n. 2, p. 36-53, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.12979/32380>

ADAMS, C. A.; FROST, G. R. *Integrating sustainability reporting into management practices*. Accounting Forum, v. 32, n. 4, p. 288–302, 2008.
Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2008.05.002>

HIGGINS, C.; TANG, S.; BEDNAR, M. K. *Sustainability reporting and corporate decision-making: evidence from a global survey*. Journal of Business Ethics, v. 163, n. 1, p. 1–23, 2020.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 8, n. 2, p. 47–77, 1995.
DOI: 10.1108/09513579510146996

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571–610, jul. 1995.
DOI: 10.5465/amr.1995.9508080331

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, n. 1–3, p. 405–440, 2001.
DOI: 10.1016/S0165-4101(01)00018-0

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1–3, p. 97–180, 2001.
DOI: 10.1016/S0165-4101(01)00025-8

WATSON, A.; SHRIVES, P.; MARSTON, C. *Voluntary disclosure of accounting ratios in the UK*. British Accounting Review, v. 34, n. 4, p. 289–313, 2002.
Disponível em: <https://doi.org/10.1006/bare.2002.0213>

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). *International integrated reporting framework*. London: IIRC, 2021. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework-2021/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

JENSEN, J. C.; BERG, N. *Institutional Pressures and Integrated Performance Measurement Systems*. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 25, n. 3, p. 431–458, 2012.

STUBBS, W.; HIGGINS, C. *Integrated reporting and internal mechanisms of change*. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 27, n. 7, p. 1068–1089, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. São Paulo: CPC, 2008. Disponível em: <https://cosif.com.br/publica/cpc/cpc09.htm>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MELLO, C. C.; GALDI, F. C. *Divulgações voluntárias relacionadas à demonstração do valor adicionado no Brasil*. Revista de Administração da UFSM, v. 7, n. 2, p. 224–240, 2014.
DOI: 10.5902/19834659. Acesso em: 27 jun. 2025.

FREITAS, J. A.; COSTA, F. M. *Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de análise da contribuição social: uma abordagem comparativa entre empresas brasileiras*. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 11, n. 2, p. 93–110, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/issue/view/1556>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MILNE, M. J.; GRAY, R. C. *W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting*. Journal of Business Ethics, v. 118, p. 13–29, 2013.

DOI: 10.1007/s10551-012-1543-8.

LOHMANN, J.; BAUMGÄRTNER, M. *Sustainability Performance in Port Governance: A Comparative Analysis*. Maritime Policy & Management, v. 43, n. 6, p. 683–700, 2016.

Disponível em: <https://ideas.repec.org/s/taf/marpmg3.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SANTOS, L. C.; COSTA, F. M.; REIS, T. R. *Análise crítica dos relatórios de sustentabilidade no setor portuário brasileiro: evidências dos principais terminais*. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 14, n. 39, p. 52–67, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.167106>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LIMA, A. S.; MOREIRA, M. A.; FREITAS, J. A. *Padronização de indicadores socioambientais nos portos públicos brasileiros: limites e possibilidades*. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 2, p. 300–320, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/i/2021.v55n2>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ALMEIDA, A. M.; SALES, D. P. *Contabilidade Socioambiental: uma análise da atuação do contador frente aos relatórios de sustentabilidade*. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 28, n. 3, p. 45–60, 2020. Acesso em: 28 jun. 2025.

COSTA, R. M.; LIMA, A. C. *A Contabilidade e os Desafios da Legitimidade Organizacional nas Práticas ESG*. Revista Ambiente Contábil, v. 11, n. 2, p. 105–122, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PEREIRA, L. A.; FREITAS, M. C. *O contador como agente de sustentabilidade corporativa: uma análise sob a perspectiva dos stakeholders*. Revista Mineira de Contabilidade, v. 18, n. 2, p. 66–81, 2017.

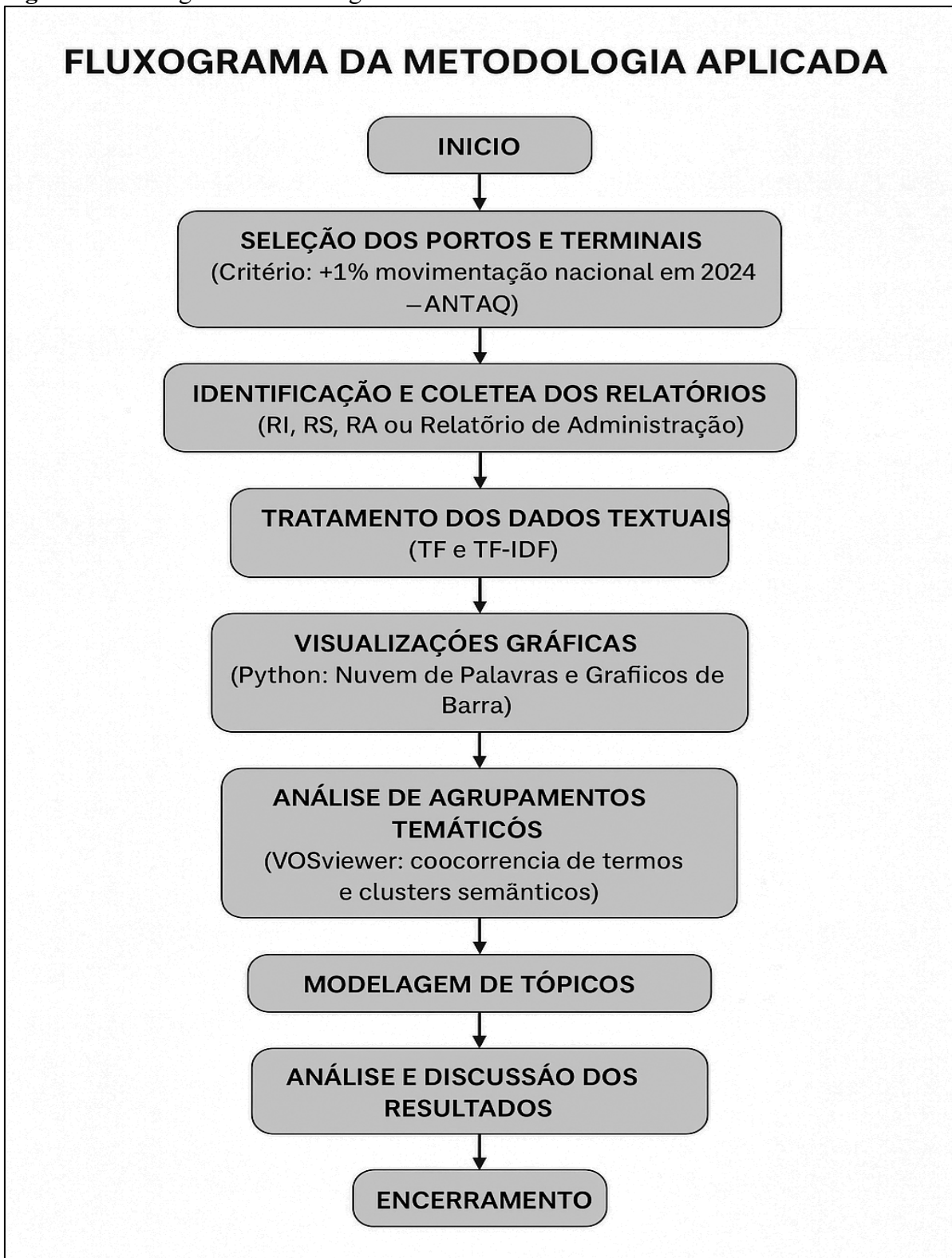
Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/issue/view/71>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, T. F.; RODRIGUES, M. E. *GRI e CPC 09: convergências na mensuração do valor socioeconômico gerado pelas empresas*. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 250, p. 22–35, 2021.

Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2021/10/RBC250_jul_ago-1.pdf Acesso em: 28 jun. 2025.

APÊNDICE A

Figure 4 – Fluxograma Metodológico



Fonte: Elaboração própria.